

40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG28: Religião, política e direitos humanos

A NOVA CLASSE C E OS NOVOS PENTECOSTAIS:

Reconfigurações das relações entre o pentecostalismo tradicional e a política

Monalisa Ribeiro Gama

Lemuel Dourado Guerra Sobrinho

A NOVA CLASSE C E OS NOVOS PENTECOSTAIS:

Reconfigurações das relações entre o pentecostalismo tradicional e a política

A chamada *Bancada Evangélica* representa uma das maiores da história do Congresso brasileiro. Composta no período atual (2015-2019) por 74 deputados federais e três senadores, suas estratégias, acordos e posições passam a ter uma crescente relevância no cenário político. A pesquisa realizada por Maria Machado (2006) a respeito da atuação parlamentar dos evangélicos na Câmara Municipal da cidade do Rio, na ALERJ e no Congresso Nacional entre 2000 e 2005, revela o sucesso das estratégias adotadas pelas lideranças religiosas nas disputas eleitorais no Estado do Rio de Janeiro, mas não esclarecem como esses atores individuais e coletivos obtiveram esse resultado favorável, tornando-se necessário analisar as percepções dos fiéis evangélicos não só sobre a relação da religião com a política, mas também sobre alguns temas que marcaram o debate político, a exemplo dos que envolvem a questão do aborto e da homossexualidade.

Na pesquisa que deu origem a esta comunicação usamos um recorte de classes sociais, por considerá-lo elemento determinante nos discursos e embates políticos, de modo geral, no qual se insere o grupo de representantes do subcampo dos evangélicos como um todo e particularmente dos pentecostais. Também é importante ressaltar que no levantamento de dados e na análise que ora apresentamos adotamos uma abordagem relacional e estrutural, inspirada nas contribuições de Bourdieu (2007; 2009), o que nos levou a considerar no delineamento dos estratos de fiéis pentecostais entrevistados indicadores das relações materiais e/ou econômicas nas quais eles se encontram e se constituem (salário, renda) e das relações simbólicas e/ou culturais (autoatribuição de *status*, escolarização e transmissão familiar de capital cultural) entre os indivíduos. Nossa intenção é apontar interpretações preliminares sobre a atual produção, circulação e recepção de conteúdos simbólicos referentes ao tema da *política* nas instituições religiosas de matriz pentecostal, abordando os agentes institucionais e os fiéis, no que concerne aos modos pelos quais se produzem e se consomem os conteúdos supracitados, colocando-os em presença da variável posição social.

Partimos da ideia de que os indivíduos se relacionam com o *mundo da política* de acordo com suas posições sociais, as quais incidem sobre os sistemas de valores e

éticas partilhados, sendo o comportamento eleitoral um dos reflexos da conjunção de elementos materiais e simbólicos.

Nossa pressuposição é a de que, no caso dos pentecostais, que compõem um setor significativo da *Nova Classe Média*, os vínculos com a igreja e seus valores, sobretudo os ligados aos modelos por ela preconizados de família, são centrais. A mobilização de discursos e imaginários que apontam para a emergência de um conjunto de *ameaças* à família como definida em termos institucional-religiosos vem sendo usada como um trunfo no jogo político para desqualificar os de *fora da igreja* e qualificar os de dentro dela.

Também pressupomos uma afinidade eletiva [*wahlverwandschaft*] (WEBER, 1987) entre os pentecostais e a agenda política que os coloca contra leis e projetos favoráveis aos direitos de homossexuais, à descriminalização do aborto, e mesmo os referidos à promoção de relações simétricas entre gêneros, a qual seria explicada pela aproximação entre a doutrinação institucional e a vivência prática dos *batalhadores* (os que compõem a *nova classe C*), sobre cujas bases ontológicas a vida social é lida e ganham sentidos as suas práticas. Nossa interpretação é a de que, para os indivíduos que compõem essa *nova classe* em geral, e mais especificamente entre os pentecostais, o questionamento da tradição no que refere aos modelos familiares é lido como uma ameaça às bases da sua própria mobilidade social ascendente conquistada.

Contextualizando a pesquisa

Um em cada cinco brasileiros se identifica atualmente como “evangélico”, nos informam os dados do censo de 2010 (IBGE). O crescimento vertiginoso desse segmento religioso observado nas últimas décadas tem feito com que os pesquisadores interessados no tema das relações entre religião e a política no país passem a considerar, cada vez com mais ênfase, a importância dos evangélicos nas transformações culturais e suas repercussões no campo político do Brasil atual.

Alguns trabalhos da década de 1970 sobre a relação acima mencionada afirmavam como *a priori* que os movimentos sociais eram incompatíveis com propostas de religiosidade pentecostais. Além da concepção da incompatibilidade entre o campo da política daquele momento e os pentecostais, interpretava-se também a associação entre certos modelos de religiosidade e a *não participação ativa* na política, como, por exemplo, no trabalho de Prandi (1992), intitulado "Perto da magia, longe da política".

Segundo Prandi, o relativo fracasso da promessa científica e da razão, que ambicionava suprir a dependência humana do pensamento mágico e religioso, inviabilizaria o processo de desencantamento do mundo, na sociedade brasileira. As razões desse insucesso teriam sido a incapacidade de nossa sociedade, “de apagar as fortes marcas da pobreza material e intelectual das massas [que], ao contrário, exacerbou as diferenças sociais e tornou mais presente a miséria.” (PRANDI, 1992, p.82)

Nesse quadro nacional, pensado a partir de um modelo de modernização excludente, colocado em curso especialmente durante o regime militar, era marcante também a exclusão do acesso das camadas subalternas a bens materiais e simbólicos capazes de solidificar uma experiência social efetiva – como também afetiva -, em termos de cultura política de *participação ativa* entre as camadas alijadas do processo de modernização. Tal situação, de desigualdade e exclusão, favoreceu um tipo particular de sociabilidade entre os pobres, que dilatou um sentimento de deslocamento deste *mundo moderno*, elaborando-se entre eles estratégias de posicionamento no campo dos *desposicionados*. Reconhecendo as condições excludentes em que viviam as classes subalternas, o sentimento de *apartheid* social vivenciado por elas, Prandi (1992) apontou como mecanismo explicativo dos modos de se posicionar das camadas populares a impossibilidade desses grupos de produzirem subjetividades vinculadas às transformações da sociedade em vias de modernização no Brasil. Segundo ele, *neste processo, o pobre não é apenas órfão da grande religião [católica], mas também do mundo da política (que se acha privatizado) (idem, p.85).*

Com o processo de redemocratização, as instâncias tradicionais de expressão política se reestabelecem e as Comunidades Eclesiais de Base católicas entram em descenso (GUERRA, 2003). Por outro lado, assiste-se à rápida expansão de segmentos religiosos de fora do subcampo do catolicismo: o neopentecostalismo e as religiões afro-brasileiras. Nesta comunicação analisamos as maneiras pelas quais a interface entre os grupos pentecostais e os processos de mobilidade social ascendente experienciados por camadas até então subalternas da população se traduz na construção de representações e práticas políticas que lhe correspondem, trazendo modificações significativas no posicionamento dos pentecostais no campo social e da política.

O crescimento do que se convencionou chamar de “nova” classe média (ou Classe C), expressão adotada por Neri (2008), tem mobilizado a atenção de analistas da sociedade brasileira, que provêm interpretações a respeito dos *modus vivendi* da

população que ascendeu economicamente e sobre as repercussões políticas e sociais desta mobilidade.

Tem sido recorrente a abordagem desse processo em termos do enfoque econômico, caracterizando-se os processos de ascensão social pelo aumento da capacidade de consumo. Nas experiências de mobilidade social a inserção em patamares mais elevados de consumo ganha significado preponderante nas trajetórias vividas, mas são incipientes na compreensão das novas disposições associadas a esse grupo, na medida em que negligencia o fato de que a reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo se dá também pela transferência de valores imateriais (ALVES, 2014).

Esta análise buscar apreender de que maneira esta inserção na cultura de consumo e maior poder aquisitivo associados à filiação religiosa a grupos pentecostais vêm acompanhados de disposições comportamentais que convergiram para um tipo particular de experiência em que a religião e a política passam a dialogar de modos diferentes dos observados até o final do século passado no Brasil.

De olho nos efeitos do desenvolvimento das disposições comportamentais que possibilitaram a articulação da tríade *disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo*, entre os indivíduos de camadas subalternas da população, nas quais historicamente os pentecostais recrutavam mais adeptos, analisamos como os processos pelos quais indivíduos pentecostais ascendem socialmente os introduzem em experiências sociais de empoderamento, e se refletem em modificações na sua cultura política, correspondendo a eventuais processos de redefinição da equação que relaciona pentecostais e participação política.

Para isso buscamos compreender as trajetórias de mobilidade de indivíduos que compõem a *nova classe C*, pesquisando em comunidades pentecostais sua eventual emergência enquanto um novo sujeito político no cenário brasileiro. Focalizamos neste trabalho de modo central a relação entre pentecostais da *nova classe C* e a emergência de *novos* comportamentos políticos em relação ao cenário político atual, a partir da análise das opiniões que membros comuns e líderes formulam acerca de temas importantes no cenário político atual envolvendo, sobretudo, os discursos sobre direitos humanos - em especial ao *direito à vida*, à liberdade religiosa, à proteção da família -, temas que se incluem na pauta mais visibilizada da *bancada evangélica* no Congresso

Nacional (CUNHA & LOPES,2012; MACHADO, 2012; CAMPOS, GUSMÃO & MAURÍCIO Jr., 2015).

Os pentecostais da *nova classe média* brasileira

É de Rolim (1985) o trabalho fundante da interpretação sociológica feita no Brasil, a qual associou o surgimento e crescimento do Pentecostalismo às tensões causadas pela expansão do capitalismo e dos processos de urbanização a ela associados na América Latina, às mudanças socioestruturais dela decorrentes, descrevendo-o como um modelo de religiosidade que expressa por excelência os anseios de estratos sociais subintegrados ao processo de modernização capitalista (Cf. ROLIM, 1985). O pentecostalismo emerge em sua origem no Brasil como uma *religião dos pobres*: pessoas de baixa escolaridade, submetidas a altos níveis de vulnerabilidade social, em espaços sociais marcados pela ausência do Estado enquanto agente provedor de serviços e de controle social da violência.

A história recente do Brasil e do campo religioso brasileiros tem obrigado pesquisadores a rever sua descrição do *pentecostalismo como uma religião para pobres*, ligada à alienação dos indivíduos e à produção de integração e conformidade sociais. Mariz (1996, p.133), por exemplo, recusa-se a aceitar que *a alienação seja o fator preponderante na relação do pentecostalismo com a pobreza*, interpretando-o alternativamente como um modelo de religiosidade capaz também de oferecer formas de suportes comunitários alternativos para indivíduos socialmente vulneráveis, criando motivações para o enfrentamento das situações de pobreza, discriminação e exclusão em geral.

Esta comunicação se inscreve no conjunto de esforços interpretativos para analisar as experiências de mobilidade econômica ascendente observados recentemente no Brasil, onde, nas últimas duas décadas, as comunidades religiosas pentecostais, devido a sua forte presença em contextos de insegurança social e instabilidade econômica, tornaram-se lugares de apoio para indivíduos buscarem mudanças de vida e conquista de reconhecimento social, através da religiosidade.

No nosso país, a conjunção de um conjunto amplo de fatores socioeconômicos e culturais somados ao funcionamento simbólico dos modelos pentecostais e neopentecostais, a saber, o oferecimento de padrões éticos formativos de disposições necessárias ao sucesso individual na modernidade capitalista (SOUSA, 2010) têm se

refletido na mudança do perfil do público das denominações pentecostais (PAULA, 2014).

Segundo dados do IBGE (2010), grande número de evangélicos pentecostais se encontrariam entre os integrantes da *classe C* no Brasil - segmento que hoje chega a compor 54% da população brasileira (VITAL & LOPES, 2012) - , apresentando uma presença maior de católicos entre os mais ricos e escolarizados e entre os que vivem na extrema pobreza.

Segundo Marcelo Neri, em estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (Neri, 2011) a definição da “nova” classe média se daria por critério de renda, estabelecida entre a faixa de R\$ 1.126 a R\$ 4.854 mensais de renda familiar para esse público. De acordo com esta definição, entre 2003 e 2009, 30 milhões de pessoas saíram das classes D e E, ou seja, ultrapassaram a linha de pobreza extrema.

O uso da expressão *nova classe média* tem sido objeto de debate público e da contestação de outros pesquisadores, como Souza (2012), Scalon e Salata (2012) e Pochmann (2012). A expressão *nova classe média* seria imprecisa já que atenta apenas ao fato de que indivíduos ascenderam economicamente, pressupondo uma homogeneidade em termos econômicos (de renda), mas obscurecendo dinâmicas sociais, trajetórias e estilos de vida, eventualmente não similares ao observado nas vivências da *classe média tradicional*.

O sociólogo Jessé Souza (2012), um dos grandes expoentes na discussão sobre as dinâmicas recentes da mobilidade social no Brasil, busca elucidar os elementos imateriais que conformam as heranças da classe média tradicional, e que se mostram ausentes nas experiências de mobilidade dos *batalhadores*. Em seu livro *Os Batalhadores Brasileiros* (2012), através de uma vasta pesquisa empírica, aponta o pertencimento a comunidades religiosas como recurso simbólico mais importante das classes emergentes na incorporação, ainda que frágil, de uma “economia emocional” necessária para o trabalho produtivo e útil no mercado competitivo capitalista.

A despeito do qualificativo *nova classe média*, Souza compreende que, este conjunto de indivíduos assim classificados experimenta condições de vida tradicionalmente associadas às das camadas populares (moradia precária, escolaridade baixa, crédito limitado, serviços públicos ineficientes), no entanto a mobilidade da renda do salário modifica pouco este quadro, possibilitando maior acesso a bens de consumo,

sem, contudo, ser indicador de que tenham deixado a condição de trabalhadores precarizados (SOUZA, 2012).

É no vácuo desse conjunto emergente da população que as igrejas evangélicas mergulham. Nesta comunicação focalizamos a interface entre a afiliação religiosa a grupos pentecostais, as experiências descritas como de mobilidade social ascendente e seus reflexos nas concepções dos temas da *política*, a partir do caso de Campina Grande, cidade em que bairros anteriormente classificados como predominantemente habitados por famílias das classes D e E, mais especificamente o do Cruzeiro e do Presidente Médici, têm passado, desde o início dos anos 2000, por intensas transformações em sua feição urbana, as quais expressam e acompanham – direta e indiretamente – mudanças nos padrões (e modos) de vida das pessoas que os habitam (ALMEIDA, 2015).

Em pesquisa realizada sobre os pentecostais que haviam passado por processo de mobilidade social na cidade de Campina Grande- PB (GAMA & ALMEIDA, 2015), constatamos que, nesse universo em particular, a afiliação ao modelo pentecostal, mesmo naquele em que não é adotada uma *teologia da prosperidade*, atuou como elemento desfavorável à marginalização dos indivíduos, contribuindo para sua *melhoria de vida* e colocando na agenda das instituições pentecostais a necessidade de eventualmente se reiventarem em suas pautas de atuação.

Ao buscarmos na afiliação religiosa uma explicação para as mudanças nas trajetórias de vida desses sujeitos, encontramos um espaço de práticas e sentidos compartilhados entre os membros de uma classe marcada pela heterogeneidade. Com isso, não queremos reduzir o fenômeno da mobilidade econômica no Brasil ao *habitus* religioso, desconsiderando aspectos políticos e econômicos que favoreceram esse processo, tais como aumento real do salário mínimo, do valor dos benefícios da previdência social (contributiva e não contributiva), da criação de empregos formais, políticas assistencialistas e ampliação de crédito *etc.*, mas é nossa intenção reforçar a interpretação segundo a qual “as redes evangélicas trabalham em favor da valorização das pessoas e das relações sociais [...] estabelecendo laços de confiança, autoestima e impulso empreendedor” (ALMEIDA e D’ANDRÉA, 2004, *apud* FAJARDO, 2013, p.13), o que pode também ter rebatimentos no que se refere às visões sobre a *política* que circulam nas comunidades pentecostais.

Ao lançarmos mão do elemento religioso na vida dos que passaram por mobilidade social ascendente atentamos para o papel de suporte institucional que a igreja ocupou em suas trajetórias sociais. Arenari e Torres, (2012) argumentam que o pentecostalismo *ajudaria* ao *batalhador* definir diversos aspectos do seu modo de vida. A crença como papel de atualização na promessa do futuro seria decisivo para compreender a especificidade de sua vida religiosa e define sua estratégia de manutenção dos privilégios acumulados. Portanto, a função do pentecostalismo na vida social dos *batalhadores* seria tanto *espiritual*, quanto de *suporte institucional*, por meio do estabelecimento de expectativas mútuas entre pessoas nestes contextos. Eles complementam:

Em função da distribuição desigual e excludente e recursos para atualizar a crença no futuro, os *batalhadores* lutam tanto pelo futuro como pelas condições necessárias à manutenção da crença individual e coletiva no futuro [...] A especificidade da identidade do *batalhador* como foco na análise da vida religiosa é de sua função na atualização de expectativa sobre o “devir”. (ARENARI & TORRES, 2012, p. 319)

A associação a grupos religiosos pentecostais nas trajetórias dos indivíduos que experimentaram mobilidade social apresentou elementos importantes para essa mudança vislumbradas na pesquisa em torno da mobilização de diferentes formas e recursos materiais e simbólicos que possibilitaram a incorporação de valores morais referente ao controle de si, pela disciplina, obediência, responsividade dos indivíduos em diferentes esferas de sociabilidade – família, trabalho, igreja - , bem como o crescente reconhecimento de si, pelos sentimentos de autoestima e confiança grupal, intermediados pela associação religiosa. Ao tensionar as posições de classe calcadas numa teodiceia do sofrimento (que buscava explicar e legitimar a pobreza material como algo positivo), a afiliação religiosa tornou possível o deslocamento dos indivíduos de lugares de subalternidade, e a elaboração de outros esquemas de classificação de si e do mundo que passam a ser expressos em diferentes subespaços simbólicos de preferências -, vestuário, linguagem ou héxis corporal -, que se associam com a ressignificação da participação dos evangélicos na esfera política.

Antes afastadas da possibilidade, estas pessoas agora estão dentro do *campo do possível* e, portanto, passam a serem mais suscetíveis a se constituírem em sujeitos demandantes. As demandas em torno das quais os indivíduos se reúnem são de modo central, ao nosso ver, constituídas pela ação das instituições religiosas. Nossa pesquisa buscou trazer dados e interpretações das direções da ação institucional sobre as

concepções referidas à *política*, sendo questões-guias do nosso levantamento as seguintes: (1) O que pensam os pentecostais a respeito da *política* atualmente? (2) Há afinidades eletivas entre o que pensam os pentecostais que ascenderam economicamente no Brasil (compondo a *nova classe C*) e a atuação da bancada evangélica no Congresso Nacional?

A emergência dos pentecostais na “nova” classe média: novos atores sociais e suas demandas

Para responder a primeira das questões acima enunciadas, dividimos esta seção em dois momentos, nos quais apresentamos nossa compreensão da emergência dos pentecostais de classe média na arena política: (1) enquanto *novo sujeito político*, a partir de um breve panorama da situação política atual no Brasil, convergindo com a guinada conservadora dos grupos evangélicos na política; (2) enquanto um *novo sujeito religioso* que tem tensionado o lugar tradicionalmente ocupado pelas igrejas pentecostais, colocando suas novas demandas.

O cenário político recente no Brasil

Uma pesquisa realizada pela Fundação Bertelsmann, na Alemanha, constatou o enfraquecimento nas instituições democráticas, acompanhado pela retração na economia em todo o mundo. Esse quadro é contrastado pela crescente influência da religião nas instituições políticas e jurídicas dos 126 países pesquisados. De acordo com a pesquisa *many governments have placed tighter restrictions on political and civil rights as a means of consolidating their own power. Even in relatively stable democracies, many governments are unable to defuse political and social conflicts.* (BTI, 2016, p.13).¹

A intensificação de conflitos sociais, étnicos e religiosos nos últimos dez anos, tem evidenciado o insucesso de metade de todos os governos pesquisados para gerir estes conflitos. De acordo com o referido relatório, a ineficiência dos governos e a desconfiança social nas instituições políticas têm fortalecido a clivagem religiosa na mediação desses conflitos, dando fôlego a associações religiosas de caráter extremista (BTI, 2016).

¹ *Muitos governos têm colocado restrições mais severas sobre direitos civis e políticos como um meio de consolidar seu próprio poder. Mesmo nas democracias relativamente estáveis, muitos governos são incapazes de neutralizar conflitos políticos e sociais.* [tradução livre dos autores da comunicação]

O desenvolvimento social experimentado no Brasil desde 2003, com a saída de milhões de brasileiros da pobreza, em grande medida impulsionada por reformas governamentais, medidas de ações afirmativas e políticas sociais de distribuição de renda, apresenta um desaceleramento expressivo nos últimos quatro anos. Segundo o relatório do BTI (2016, p. 02):

Macroeconomic stability has seriously weakened over the last two years after several robust years. Economic growth rates at the end of 2014 were estimated to be only 0.2%, the lowest rate of growth since 2009. Industrial production contracted by 3.2% in 2014 and industrial employment declined by 3.2%. Investment activity and consumer confidence also declined. One of the few positive developments was the continued low level of unemployment. However, the government has found it increasingly difficult to keep inflation under control. For 2014, inflation reached 6.4%. In January 2015, the key interest rate increased to 12.25%, the highest level since mid-2011. In 2014, the Brazilian real weakened by nearly 13% and the Country registered its first annual trade deficit in more than a decade.²

Em junho de 2013, aconteceram as chamadas *Jornadas de Junho*, quando inúmeros protestos *de rua* ocuparam o cenário público em muitas cidades, com reivindicações de melhoria de serviços públicos (infraestrutura, transportes, educação *etc.*) e com o sistema político. O grau de satisfação da população com a democracia teve uma queda de 26%, enquanto a aprovação pública do governo caiu para 56% (BTI, 2016).

A crescente visibilização de escândalos relativos à corrupção envolvendo políticos de todos os partidos, configurada na sua crescente midiaticização, a partir de 2014, agravou ainda mais o quadro de insatisfação e desconfiança com o governo, gerando graves consequências econômicas para o país, e colocando em risco os avanços sociais conquistados em anos anteriores (BTI, *Brazil Country Report*, 2016, p.03). A vitória de Dilma para presidente em 2014 colocou sobre seu mandato a expectativa de mudança de diferentes tipos, como aponta o DIAP (2014, p. 09):

Dilma foi reeleita para aprofundar a meritocracia, prevenir a corrupção e punir desvios e irregularidades, além de ampliar conquistas sociais, assegurar crescimento econômico, manter ou

² A estabilidade macroeconômica foi seriamente enfraquecida ao longo dos últimos dois anos, depois de vários anos robustos. As taxas de crescimento econômico no final de 2014 foram estimadas em apenas 0,2%, a menor desde 2009. A produção industrial se contraiu 3,2% em 2014 e de emprego industrial diminuiu 3,2%. A atividade de investimento e a confiança do consumidor também diminuíram. Um dos poucos desenvolvimentos positivos foi o contínuo baixo nível de desemprego. No entanto, o governo tem encontrado cada vez mais dificuldade de manter a inflação sob controle. Para 2014, a inflação atingiu 6,4%. Em janeiro de 2015, a taxa básica de juros aumentou para 12,25%, o nível mais alto desde meados de 2011. Em 2014, o Real brasileiro enfraqueceu cerca de 13% e o país registrou seu primeiro déficit comercial anual em mais de uma década. [Tradução livre dos autores da comunicação]

elevar o padrão de consumo e, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços públicos, uma exigência da nova “classe média”.

A investida da oposição na desconstrução da imagem da Presidente Dilma *de boa gestora e de implacável com desvios ou irregularidades*, fez com que a presidente começasse seu segundo mandato, em janeiro de 2015, com os índices de aprovação mais baixos desde que se tornou presidente em janeiro de 2011.

A insatisfação da oposição e de setores da coalização realizada para possibilitar o segundo mandato do governo Dilma, em 2014 ganham proporção campanhas de políticos evangélicos contra o PT e outros partidos de esquerda, encabeçadas, sobretudo pelo pastor Silas Malafaia, do *Ministério Vitória em Cristo*, ligado à Assembleia de Deus e pelo deputado federal Marco Feliciano (PSC), pastor da *Catedral do Avivamento*, também ligada à Assembleia de Deus. Ambos investiram em discursos de *defesa da família* e de combate à corrupção pelos *homens de bem*, defendendo o não-voto em partidos *à esquerda*. A convocatória *cristão não vota em petista*, veiculada em programas de TV do Pr. Silas Malafaia ganhou ainda mais evidência as vésperas das eleições presidenciais de 2014, quando o Pr. Marco Feliciano gravou um vídeo, se colocando contra o PT e a reeleição de Dilma Rousseff, convocando os eleitores cristãos, especialmente evangélicos, a votarem no candidato Aécio Neves (PSDB) nos seguintes termos:

É hora de tirarmos o PT do governo. [...] É hora de mudança, é hora de libertação, é hora de sairmos desse cativeiro, dessa ideologia de esquerda radical, dominada pelo marxismo, que odeia tudo aquilo se fala de moral e bons costumes e que em nome da liberdade acabam tocando, não nos direitos, acabam arrancando os direitos de pessoas como eu, são patronos dos direitos humanos, mas a verdade que direitos, que só funcionam para pra aquilo que eles acham correto, pra mim e pra você que somos evangélicos e cristãos não há direito assim, é hora de mudarmos, é hora de votarmos em Aécio Neves.

A sociogênese da *nova* presença da representação dos evangélicos em geral, e especificamente dos pentecostais, na esfera pública, materializada em um conjunto de estratégias de conquista de espaços no campo político, corresponde à expressão da vontade política de setores dos evangélicos, que se mobilizam para o combate a agendas que consideram contrários à orientação bíblica.

Em Campina Grande, cidade do interior paraibano, as igrejas pesquisadas também demonstram preocupação com a esfera política e têm adotado estratégias de convencimento entre os fieis contra projetos vistos como ameaças aos valores cristãos tradicionais. Foi o caso, por exemplo, do *7º Encontro de Educadores Cristãos, Pais e*

Líderes Infantis, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, realizado entre os dias 6 e 7 de agosto de 2016. Segundo os organizadores, o evento recebeu mais de 250 inscritos de diferentes denominações e cidades da Paraíba. As palestras tinham como proposta *alertar sobre a violência contra crianças e a doutrinação ideológica nas escolas*, referindo-se ao Projeto de Lei *Escola Sem Partido*, de nº 867/2015.

Segundo Gláucia Leal, coordenadora da União Infanto-Juvenil da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (UNIJAD), o Encontro deste ano teve o diferencial de abordar temas voltados para a defesa dos direitos da criança. Ela disse que *em anos anteriores trabalhamos mais as capacitações para que os professores tivessem treinamentos e soubessem ensinar as crianças através de recursos didáticos atualizados. Mas este ano Deus tocou em nosso coração para que pudéssemos conhecer os nossos direitos e investir nas ações de cidadania, para que as crianças tenham essa proteção*, afirmou.

O Encontro contou também com a participação da advogada Damares Alves, que iniciou sua fala apontando a temática do aborto enquanto *violência silenciosa que atenta contra a vida de milhares de crianças no Brasil*. Em suas palavras: *Somos o quarto país no mundo que mais mata crianças e adolescentes, e nós vamos precisar rever esses números. Essa é uma nação cristã, e por ser cristã tem que ser a primeira do mundo a proteger crianças e adolescentes*, esclareceu a palestrante.

“Eu diria que aqui está o cerne, aqui está o alicerce daquilo que a igreja precisa de fato ouvir, nós *não estamos falando de um evangelho só celestial*, estamos falando de um *evangelho prático*, um evangelho vivido aqui, a defesa de valores cristãos, a defesa de uma educação de qualidade, nossos filhos cresçam de fato, em uma cultura que glorifique a Deus“, declarou o presbítero Tiago Rosas, 2º superintendente da EBD (Escola Bíblica Dominical) no Templo Central. Por fim, salientou: “*Nossa intenção é despertar professores, pais e líderes de todos os departamentos para leis que estão sendo elaboradas com base na destruição da família e extinção de valores que norteiam nossas crianças. É preciso que haja um despertar em defesa da criança e da família!*”.

A mudança na composição das lideranças evangélicas, advindos de estratos sociais mais instruídos e intelectualizados, faz emergir novas preocupações no campo

do vivido, que aproxima os discursos religiosos do cenário político. O que vemos em relação às lideranças da AD em Campina Grande é um movimento de aproximação entre a identificação religiosa e a formulação de um projeto político claro, como forma de conscientizar os fieis para intervirem na formulação de leis e projetos vistos como salvaguardas dos valores cristãos ameaçados. Marcado pela apologia ao medo de que a família cristã seja atingida, o discurso das lideranças busca despertar nos fieis um comportamento ativo na política.

A nova classe emergente já ascende num ambiente socioeconômico frágil, o que, como vimos, fortalece a igreja um lugar por excelência de apoio para continuar na busca de mudança de vida. As igrejas pentecostais como grupos de pertencimento fechados, estimulam o isolamento social, exigido pela ascese intramundana, inviabilizando o diálogo com grupos sociais considerados “mundanos”. Em que pese o atual cenário de insegurança e instabilidade econômica do país, a *demonização* do PT intensificou a susceptibilidade dos evangélicos à cooptação pelo projeto da oposição, o que tem contribuído para a ascensão de uma participação política *conservadora*. Segundo o cientista político André Singer, essa tendência estaria associada a:

[...] o vínculo com setores religiosos, notadamente de igrejas evangélicas, além do individualismo e da falta de politização pode, inclusive, levar essa parte da sociedade a ter uma postura política mais voltada para a direita. O que explica em parte o crescimento dos partidos conservadores nas últimas eleições. (SINGER *apud* RODRIGUES, 2014, p.25)

Os governos de Lula (2002-2010) e de Dilma Rousseff (2010 até 2015) fizeram emergir na esfera pública discussões de temas como o do aborto, do casamento entre homossexuais, dos direitos das mulheres, dos negros, dos índios, dos transexuais, dentre outras questões tangenciadas pela visão religiosa cristã em geral, e sobre as quais particularmente as comunidades evangélicas têm historicamente adotado posições *tradicionalistas*.

De acordo com Leôncio Martins Rodrigues (2009), a inserção política dos pentecostais revela o fortalecimento de posições conservadoras na política, principalmente em virtude da oposição a certos *modernismos* “[...] na área das questões dos costumes e valores, como o direito ao aborto, liberdade sexual, casamento entre pessoas do mesmo sexo, uso de células tronco, clonagem e outros experimentos genéticos” (RODRIGUES, 2009, p.84). Contudo, os líderes entrevistados durante a pesquisa não assumem facilmente seu envolvimento político quando indagados sobre inclinações partidárias. Vejamos o que responde o pastor Gilson (46 anos) da Igreja

Pentecostal Evangélica da Fé (IPEF), quando perguntamos sua opinião sobre a relação entre religião e política:

A religião na devia envolver o Estado, mais influenciar pelos seus atributos éticos, né? Que a religião tem: coerência, a fidelidade, o respeito, o companheirismo, dentro da política. Mas o que tá acontecendo? Uma inversão de valores. A política tá influenciando a irmandade. Hoje tem irmãos em Cristo que ficam *arranhados* com o outro, por causa da política. A política devia vir pra nós e ver o nosso exemplo, de união.

Menções ao imaginário da política como *campo de homens corrompidos* foi recorrente, sendo a presença de “homens de Deus, que deem testemunho, de boa reputação” e coerência com os princípios religiosos compartilhados, vista como possibilidade de *moralizar a esfera política*.

O pastor presidente nos contou um episódio que vivenciou durante um evento organizado pela sua denominação, a IPEF, no auditório da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA), em Campina Grande:

A FACISA é uma instituição privada e tem os seus políticos. Se você faz um evento lá e convida seu político, você compra uma briga fácil. O candidato tem *votado* contra a instituição, tem queimado a instituição. Você sabe que político pode fazer isso. Então a gente nem convida do lado deles nem convida de fora pra tá lá dentro. Por uma questão de, eu vou usar a expressão correta, “sabedoria”, pra não se queimar. Porque a pessoa se queima demais. O tal do político, se queima demais por ele. Porque a visão do político, infelizmente, não é visão do homem de Deus. Qual é a visão do político? [...] ele quer poder, fama e dinheiro.

Podem-se notar as articulações da autoridade religiosa em questão, suas escolhas manifestas fora dos muros da igreja, preocupadas em articular interações que não atinjam seu capital social. Quando perguntamos ao pastor presidente da IPEF, sobre a procura de candidatos a sua denominação em busca de apoio político, ele nos conta ser essa uma prática constante. Ele disse receber a todos, mas não conceder espaço no púlpito para o político falar:

Partindo da minha parte, do meu púlpito, eu não dou essa oportunidade. Eu recebo e quando me procura eu digo: se o senhor quer ir na minha igreja, o senhor vai mais vai ficar lá na frente, na bancada. Até porque eu acho que é uma oportunidade que ele *tá* tendo para ouvir a palavra. Ele é apresentado, mas só para o povo. Não importa nada ele ficar no banco da frente. Se chegasse um bêbado, se ele me prometer que vai se comportar, eu boto ele ali sem problema nenhum. [...] O culto a Deus não deve ser profanado. [Mas se fosse um candidato que dissesse defender propostas favoráveis à igreja de vocês?] eu mesmo não colocaria. Mesmo assim ele ficaria lá, abaixo do púlpito.

Esse cuidado em separar o espaço do culto do apoio a candidatos políticos está relacionado à competição entre as igrejas, na qual uma relação estreita entre lideranças religiosas e políticos, pode vir a prejudicar o fluxo de fiéis eventualmente partidários de outros candidatos. Também observamos uma preocupação entre os líderes entrevistados de evitarem prejuízos de ordem simbólica, no que diz respeito à identificação que a comunidade tem com o testemunho de integridade moral que o líder deve ter. Ao usar o espaço da igreja para angariar votos, isto pode, nos jogos de poder por capital religioso, ser usado pelos concorrentes para prejudicar a imagem pública dos que defendem candidatos explicitamente, isso porque em grande medida as representações coletivas dessas comunidades acerca do campo político julgam-no como *essencialmente* corruptor. Diante do perigo de perder prestígio, tanto o agente religioso, quanto o agente político no campo religioso é instado a elaborar estratégias veladas de negociações, que possam a vir beneficiá-los mutuamente. Como nos conta o pastor Gilson sobre a tratar política no espaço eclesial:

Meu medo é de perder membros na igreja. Se eu for falar minha visão política alguns não vão concordar. Sempre vai ter um choque. E pra não perder essa coerência, esse amor um com o outro, eu prefiro ficar quieto. Quando alguém conversa comigo em *off*, aí eu dou minha visão, minha direção política. Na nossa cidade não tem partido, tem uma seita política. O povo é tão fanático, que eu tenho medo de dizer: “vote em tal candidato”. Aí eu só faço dizer: “você tem toda liberdade na política”. No culto mesmo eu digo: “mas vote com consciência, vote com responsabilidade, não vote por partidatismo, por cor ou por tradição. Vote na pessoa que você acha...” [...] Veio aqui uma vez, a filha de Enivaldo Ribeiro [Daniella Ribeiro]. Eu abençoei ela. Ela ficou do início ao fim. O povo acabou gostando dela. E ela teve muito voto aqui. Eu não fiz nenhum acordo. Ela veio, como qualquer um vinha. Eu oro e não faço acordão, como alguns pastores faz.

Vemos no trecho acima o jogo sutil em que entra o pastor, de modo a não usar diretamente do seu poder de liderança para convencer os fiéis a votar na candidata, mas ao mesmo tempo abrindo o espaço da igreja, o que *per se* conferiu à candidata citada a conquista de votos na comunidade. Embora não conceda o púlpito para formalização de candidatos *da* igreja, apenas o acesso e a possibilidade de *ser visto* pela congregação são ganhos simbólicos estimados e negociados entre pastores e candidatos.

A candidata em questão tem participação assídua em cultos nas igrejas pentecostais, tendo sido vista diversas vezes nos cultos da Assembleia de Deus (Templo Central), bem como eventos cristãos realizados na cidade, a exemplo do Encontro da

Consciência Cristã³. Em oposição à crescente desqualificação da política, a circulação e entrada autorizada do candidato no espaço eclesial lhe confere um *status* privilegiado, ao mesmo tempo por assemelhação e distinção, de maneira que a má reputação da figura política pode ser aqui suavizada, ou mesmo transformada pela identificação religiosa, conferindo-lhe um grau maior de confiabilidade pelos eleitores evangélicos. Não lançar uma candidatura formalmente resguarda a posição de *neutralidade política* adotada pela liderança, inscrevendo as trocas eventualmente realizadas no campo da denegação.

Quanto ao slogan “irmão vota em irmão”, o pastor presidente nos responde:

Olha, assim. Se eu tivesse esse domínio, eu faria isso. Só que tivemos já tanta decepção, com aqueles que vão lá pra dentro, certo. Vou dar um exemplo aqui agora. [...] Nós temos aqui em Campina Grande, um cidadão. Eu vou dizer o nome dele porque não é muita coisa assim, não tem muita influência. Esse cidadão chamava-se João de Deus. Um nome bonito né? João de Deus era filho da Assembleia de Deus, ele era um diácono na época. E esse rapaz, tentou uma vez e não conseguiu. Tentou duas vezes e não conseguiu. Três vezes e não conseguiu. E sempre tentando. E chegou o pastor presidente. Porque o pastor presidente se estiver no auge espiritual, com a sua igreja ele é ouvido. E o pastor presidente chegou pra gente, e eu fazia parte desse ministério, e disse: “Olhe, vamos fazer o seguinte, vamos apoiar ele. Ele vou dizer para ele, que se nos decepcionar é só essa vez, e nunca mais. Então vamos apoiar.” E o resultado? A gente apoiou. E ele ganhou. Por quê? Se uma igreja tem, 10 mil membros, vou chamar isso de denominação. Um candidato a vereador se elege com 1.500, 2.000 votos. Então essa igreja tem o poder de eleger, dependendo do partido, até quatro, cinco vereador, né? Um deputado. [...] se uma igreja de 10 mil membros, votar num prefeito, pode ser decisivo. Então, ganhou. Quando candidato ele disse: “eu vou lutar para só aprovar lei que venha trazer benefício a igreja. Que não venha trazer problema, que não venha trazer perturbação”. Quando vai lá pra dentro se esquece, não tem punho. Não tem sustentação. Quer dizer, *a pessoa lá dentro, para não se corromper, eu vou dizer: eu duvido até dos anjos.* (itálico nosso)

As formas pelas quais as relações com políticos ocorrem seguem uma lógica singular com relação aos jogos de poder e manutenção de capitais. Desde que o fio condutor das atitudes do político sejam lidas pelos interesses sociais que conferem plausibilidade ao subcampo religioso das igrejas pentecostais, este pode conquistar legitimidade. No entanto existe uma variável que não pode ser facilmente controlada e é causa de desconfiança por parte da autoridade religiosa com relação à inserção no mundo da política, que é a conduta política de um líder religioso no poder. Esta variável é fortemente impactada pelas negociações que acontecem dentro dos jogos políticos,

³ Evento de âmbito nacional que acontece todos os anos no período do carnaval, sediado na cidade de Campina Grande-PB.

comumente associados a atos de corrupção sejam eles passivos ou ativos. No exercício dos mandatos as pressões vêm de vários campos e o representante eleito vê-se, muitas vezes, obrigado a não mais dar prioridade aos interesses da igreja no exercício do poder público e sim priorizar iniciativas que, sobretudo, o beneficiem tanto na manutenção de seu poder e carreira política como em seu enriquecimento pessoal.

Em outro momento, o pastor acima citado nos fala de outro candidato que recebeu em sua igreja:

Disse que precisava de novo apoio. Que ia ajudar a gente. Que tinha o apoio de diversas igrejas. Mas se o senhor ganhar o senhor tem alguma coisa contra os evangélicos? Ele disse: “Claro que não. Inclusive, eu não vou dizer pro senhor que sou evangélico praticante, ou que estou dentro de igreja. Mas fui criado na igreja. Minha mãe é evangélica e desde criança ela me conduzia pela mão até a igreja.” Eu achei até bonito a história. Eu não disse que era mentira. E, ele animou a gente, só não era evangélico praticante, mas que tinha formação evangélica. E eu disse para ele: se nós o apoiar, eu pergunto, o senhor poderia nos ajudar em alguma coisa? Ele disse: “Claro que posso. Meu prazer é ajudar vocês”. Eu disse, olhe: uma coisa que eu não tô interessado é em dinheiro. Não venha oferecer dinheiro que eu não quero. Agora se o senhor me arrumar um terreno, para que nós possa construir nossa sede, para termos mais apoio, para nós funcionarmos com mais estrutura, eu apoio. “Sem problema pode contar comigo. E vou lhe dizer mais uma coisa: se eu ganhar, você vão ganhar esse terreno. E se eu não ganhar, vocês vão ganhar esse terreno”. [...] Resumindo: apoiamos e o candidato ganhou. Eu tenho certeza que adquiri muito voto para ele, sem precisar tá em púlpito de igreja. [...] quem tinha na época me devido favores, mas um motivo na época para apoiar esse homem. Eu era uma pessoa frustrada com essas coisas. Mas como a promessa tinha sido feita num gabinete, dentro de quatro paredes, e com quatro homens presente apenas, pensei que numa era uma conversa de palanque. [E foi cumprida?] Não foi cumprida, certo. E resultado: tentei falar com esse indivíduo três vezes. Convidei ele pra um determinado evento que fiz, tinha um outro objetivo [...] e ele não veio. [...]

Alguns elementos podem ser captados na fala do Pastor com relação ao seu modo de lidar com capitais simbólicos que sua posição enquanto líder religioso lhe concede. Em um primeiro momento a sua moeda de troca é a sua influência sobre os votos dos fieis, que é o motivo maior para que os candidatos o procurem. No entanto, alguns aspectos são necessários para que essa troca se torne legítima na concepção do pastor: uma delas é a proximidade do candidato com a igreja, em especial com a condição evangélica. Essa é a condição de equivalência que une a esfera religiosa da esfera política. É a *senha* de acesso ao sujeito político *mundano* – à esfera religiosa, onde poderá *ser visto*. A preferência por um representante evangélico esbarra nas experiências frustrantes vivenciadas pelo pastor. Percebemos que o fato que frustra o

pastor não são as posições ideológicas do político, mas sim a falta de cumprimento por parte dos políticos de suas promessas de favores negociados.

Outro pastor da Igreja Pentecostal Deus é Amor, Nelson Batista (43 anos), nos falou sobre a relação entre religião e política nos seguintes termos:

Eu sou a favor demais. Claro que queremos que um dos nossos irmãos que professa nossa fé ganhe. Que tenha os mesmos pensamentos, que defenda os mesmos valores. Claro que devemos analisar suas propostas, se são verdadeiros, homens de bem. Tem muitos que só usam disso pra enriquecimento próprio, infelizmente. Mas se representa o nome de Deus, tem meu apoio sim.

Quando perguntamos da recepção na igreja desses candidatos, o pastor nos conta que prefere não tratar de alianças no espaço congregacional. Isso porque muitos dos fiéis já possuem candidato político alinhado ao pessoal do trabalho, ou que goza do apoio familiar, e isso poderia criar tensões entre a liderança e os fiéis. Situação semelhante também é relatada pelo Pr. Gilson:

Não adianta fazer acordão, porque tua igreja tem não sei quantos membros, porque o povo não vota! [Acompanha não, pastor?] Acompanha não. [...] Os membro da igreja trabalham na repartição pública. Um membro da igreja tem um irmão que é comerciante. Um membro da igreja tem um irmão que tá desempregado, um cara lá arrumou o emprego. Teve uma cirurgia lá no SUS que foi fulano de tal que... Todos esses são comprometidos com alguém. Então não influi não. 70% já tá garantido fora, com outros compromissos. E eu respeito todos eles. É essa visão que eu tenho política.

Os líderes religiosos entrevistados, indicaram que, para proteger sua legitimidade, buscam harmonizar a relação entre a política e seus princípios religiosos, de modo tal que, mesmo não se mantendo neutros, ou totalmente afastados das negociações políticas, não desagradem os fiéis de suas comunidades. Embora tenham declarado quererem ficar longe da política partidária, todos concordam que é importante ter políticos que defendam os valores cristãos, que lutem contra demandas que atentem contra os valores defendidos por sua orientação religiosa.

Na fala de um pastor da Assembléia de Deus do Ministério *O Renovo*, encontramos uma referência ao modo de falar sobre política na comunidade, através da associação com personagens bíblicos que são tratados como modelos de atuação na esfera pública. Vejamos sua fala:

Bom, nas vezes em que se fala em politica, fazemos algumas comparações com José do Egito que foi um grande governador na sua época, como Daniel que foi governador na babilônia, então os crentes fazem essas comparações para dizer que seria conveniente ter pessoas na politica para defender nossa causa... Então a comparação passa por isso, por pessoas que foram usadas por Deus nesses cargos. Aplicando isso aos dias atuais, esses personagens representavam os

cristãos com leis que ajudavam as da doutrina cristã e isso poderia ser usado hoje também. (Pastor Diego)

Ao longo da pesquisa com as lideranças de diferentes igrejas pentecostais – Assembleia de Deus, Deus é Amor e Pentecostal da Fé - verificamos que embora exista uma tentativa de manter certo distanciamento da arena política, visando a manutenção de legitimidade religiosa, os líderes apontam para a busca crescente de apoio por parte de candidatos, proposto em troca de promessas de ganhos para as instituições citadas. Esse dado aponta para o poder político representado pelas igrejas evangélicas, as quais, com seu crescimento e sua coesão em torno dos pastores, se constituem em espaços alvos do interesse de políticos.

O que observamos em termos da dinâmica da presença dos evangélicos na arena política é o usufruto por parte dos candidatos dessas redes de solidariedade, inscritas na esfera da sociabilidade religiosa, como meio de acumular capital político, através do atendimento de demandas dessa camada da população em crescimento. O canal obtido por meio dos líderes, em troca de favores imediatos, os aproxima dos fiéis, lhe possibilitando compartilhar do prestígio de que gozam seus integrantes. O ganho, entretanto é mútuo, de maneira que a liderança religiosa vê na aliança com políticos a possibilidade de conseguir benefícios para a comunidade, seja pela defesa no âmbito político dos valores religiosos compartilhados, ou na elaboração de políticas públicas que beneficiem as entidades religiosas.

Pode-se dizer que as igrejas pentecostais sempre foram segmentos de eleitores disputados no campo político. O que indica uma diferença é o crescimento que elas alcançaram no campo religioso nacional e a mudança da composição de sua membresia, que experimenta processos de mobilidade social ascendente, compondo parte significativa da *nova classe média* brasileira. Nossa segunda tarefa neste artigo é discutir como as variáveis citadas afetam as demandas e características dos fiéis, tanto em termos religiosos quanto em termos de suas demandas de cidadãos. A ela passamos a nos dedicar.

Mobilidade social sem mobilidade religiosa: os novos pentecostais

O trabalho de campo realizado em comunidades pentecostais na cidade de Campina Grande, indicou o surgimento de grupos em estado de mobilidade de renda, dentro do que Souza chama de *nova classe trabalhadora* (2012), que permanecem nos

espaços periféricos da cidade, mas *melhoram de vida*, o que incita mudanças na condução dos discursos religiosos das igrejas pentecostais, bem como na emergência de mudanças no sujeito político pentecostal.

A constatação de grupos em estado de ascensão econômica, nos bairros do Cruzeiro e do Presidente Médici, nos quais fizemos pesquisa, tem incitado mudanças na condução dos discursos religiosos das igrejas pentecostais⁴, dentre as quais destacam-se: a flexibilização nos *usos e costumes* das igrejas, por exemplo vista na ampliação do *permitido* em termos de certos procedimentos estéticos antes proibidos; o recrutamento de líderes religiosos formalmente instruídos, com cursos de Teologia e de oratória para liderar as congregações nestas áreas; a oferta de serviços religiosos antes inexistentes, como cultos específicos para a família, para o trabalho e para os jovens. Estes novos elementos, agora incluídos nas igrejas pentecostais, refletem novas demandas advindas de grupos em processo de ascensão social que veem na igreja um suporte sociocognitivo importante para a elaboração de novos modos de vida. As igrejas adaptam sua oferta de bens religiosos e de modelos de religiosidade, a fim de garantir sua plausibilidade e a preferência dos fiéis, crescentemente disputados pelas instituições religiosas disponíveis (GUERRA, 2003).

Segundo as lideranças entrevistadas é notável a mudança no perfil do pentecostais o que tem demandado novos instrumentos de evangelização nas igrejas. Para o pastor Diego:

A membresia da igreja atual é formada consideravelmente por pessoas com níveis educacionais mais altos do que anteriormente, pelo fácil acesso à escolaridade, pela dedicação dessa juventude de hoje, pela necessidade de ter conhecimento. Outrora se convertiam as pessoas mais *simples*, que não detinham tanto conhecimento. Hoje não. [...] Isso exige com certeza que quem administre o sermão tenha uma *oratória mais apurada*, tenha uma *dicção boa*. Até porque as pessoas, de certa forma, exigem do orador determinado conhecimento, quer seja das escrituras, quer seja do linguajar. Então isso exige que o pregador tenha um conhecimento *melhor*. [itálicos nossos]

Das lideranças entrevistadas todas possuíam formação teológica, qualificação que passa a ser obrigatória para os candidatos à ordenação ao pastorado. Ainda sobre a formação teológico-pastoral, vemos que o “chamado espiritual” em detrimento da

⁴ Ao percorrer as ruas dos bairros supracitados, constatamos que ao lado dos novos empreendimentos imobiliários, reformas nas casas, obras de infraestrutura urbana, entre outras iniciativas, públicas e privadas, estas transformações também incidiram sobre a paisagem religiosa desde o período o ano de 2000, tendo sido edificadas mais de 15 novas igrejas evangélicas – 5 delas Assembléias de Deus –, bem como a reforma de todas as igrejas católicas do perímetro e das AD's mais antigas, ampliando assim a oferta religiosa e o acirramento da concorrência entre as igrejas estabelecidas e as recém-chegadas nestes bairros pela preferência dos fiéis.

formação teológica ainda exerce influência na escolha dos obreiros e líderes, mas já não goza da exclusividade, como observa o pastor Josemir:

A igreja ela hoje atua. É uma das únicas. Não está preocupada com formatura teológica. É uma das únicas grandes congregações do Brasil. Mas é a única que não vê como as tradicionais, que o homem *tem que se formar*. [...] O lado intelectual ajuda, é claro. Você nunca vê uma igreja que não tem um homem preparado, culto. Uma igreja grande nunca vai botar um semianalfabeto para dirigir ela [*sic*].

A mudança no perfil socioeconômico dos fiéis também tem demandado da igreja novas formas de assistência social. A análise realizada por Lavallo e Castello (2004) sobre os efeitos das práticas associativas, fundamentalmente as de caráter religioso, aponta para o papel das igrejas, enquanto instituições informais de solidariedade que dão suporte para a mobilidade social em países como o Brasil.

O pastor Gilson descreve a mudança na composição da membresia das igrejas pentecostais nos seguintes termos:

Antigamente quem tinha condições financeiras não vinha para a igreja. Hoje, pelo contrário. Hoje as pessoas das classes sociais mais baixas não vêm à igreja não. Deixou de buscar a Deus. [e o de classe mais alta?] Hoje querem mais. [Isso fez o senhor mudar o estilo dos sermões?] Não, meu estilo é o mesmo. Mesma forma. Não mudei não. [As demandas têm mudado?] A gente procura trabalhar outro estilo de trabalho evangelista. Outra forma, como diz na Bíblia: “as multiformas de Deus se manifestar”. Através do evangelismo, através da doação aos carentes. Você faz isso hoje não tem resultado. Resultado em uma vida se converter. Porque a nossa maior visão é essa. A igreja cristã evangélica ela faz um trabalho social, porém diferenciado da ação social que o sistema mundano ensina que é dar o comer. Nós não só damos o comer, damos a salvação. Isso é tirar ela do mundo do sistema das drogas, da violência, criar aí um cidadão honesto, trabalhador. Essa é a visão da igreja. A transformação de vidas. [Vocês sempre tiveram o trabalho social?] Sempre tivemos, mas hoje a gente não tá mais trabalhando tanto com isso aí não. Não tem efeito. [...] Por exemplo, nós fazíamos campanhas de feiras, de donativos. Convidava a comunidade carente, da região aqui. A carente! [...] e as pessoas vinham, recebiam e não vinha mais. Os outros, nós convidamos, eles recebe a Palavra, e continua conosco. [Tem desenvolvido nossas atividades?] Casais, encontro com a família, de jovens, de obreiros, de líderes.

As mudanças de estratégias de proselitismo podem ser entendidas à luz dos programas assistencialistas promovidos pelo governo federal nos últimos anos, os quais têm colocado o Estado como concorrente das igrejas no campo do assistencialismo. Com a diminuição das classes sociais D e E, as igrejas pentecostais passaram a lidar com problemas sociais diversos daqueles anteriormente verificados nas camadas mais pobres das periferias, tensionando o lugar das igrejas nas periferias urbanas.

Apesar do crescimento dos evangélicos ser anterior ao estabelecimento da *nova classe média*, uma vez que, a afiliação religiosa ao modelo pentecostal antecipa a mobilidade econômica dos sujeitos da pesquisa, suas demandas se pautam agora no receio de perder privilégios, “por isso não votam em candidatos que signifiquem ruptura”, que demonstrem alguma tendência de mudar a ordem pública. “Só votam em quem garante a ascensão social”, ou seja, querem garantias do acesso a crédito, bens e serviços, porque “60% já estão endividados e 40% desse total não sabem o que fazer para pagar esses débitos,” afirma o sociólogo Rudá Ricci (2009).

Em entrevista aos fiéis de igrejas pentecostais verificamos como a possibilidade de perda dos benefícios conquistados pauta as análises insatisfatórias do destituído governo da presidente Dilma Rousseff:

Eu não entendo muito de política não. E nem tive muito tempo para pesquisar sobre esse negócio de *impeachment*, não. Mas assim, no meu ver, ela não fez um bom governo, entendeu? As coisas tiveram muita alta, não se estabilizaram, assim, como no de Lula. Lula foi um bom governo, gerou empregos, não é? É... a inflação deu uma estabilizada com Lula. Já com ela o negócio desandou. [...]Aí, eu creio que... Eu não sou a favor, por conta disso. [...] Não houve geração de emprego, pelo contrário tiveram muitas demissões. Porque ela não fez um bom governo, aí tiveram que demitir né? (Kelly, 32 anos, Gerente, segundo grau completo, renda familiar R\$2.000,00)

De acordo com Neri (2011, p. 36) o crescimento do trabalho formal representa “[...] o principal símbolo do surgimento da classe média brasileira”, corroborando com a tese de Souza (2012) de que a classe emergente no Brasil trata-se do alargamento das classes trabalhadoras impulsionado pela ampliação do setor terciário da economia nacional. A piora no mercado de trabalho em decorrência da crise econômica e a queda de postos de trabalho formal começam a reverter a mobilidade conquistada por essa camada. A insegurança gerada pelo espectro do desemprego tem alinhado os pentecostais da nova classe média em torno de um discurso mais à *direita*, endossado pela insatisfação e crítica ao governo de Dilma.

Apesar dos pentecostais das classes emergentes comporem o nível mais baixo das classes médias, cuja renda não ultrapassa R\$ 2.000,00, residirem nas periferias urbanas, exercerem atividades extenuantes e com alta carga horária (Cf. PAULA, 2013), trazem da ética religiosa uma pulsão pragmática para a mudança de vida, que se adequa as características do mercado de trabalho contemporâneo, pela valorização da educação

e na qualificação da mão-de-obra. Edgar (27 anos) é convertido na Assembleia de Deus, atualmente trabalha como técnico de segurança. Quando perguntado sobre o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ele nos respondeu:

Eu tenho pouco conhecimento político. Mas a minha opinião é favorável ao *impeachment*. Eu acredito que ela cometeu o crime de responsabilidade fiscal, com os decretos suplementares, sem aprovação do congresso. Ainda teve as questões com as pedaladas fiscais [...] Veja que durante o governo de Dilma ela ainda não cumpriu com as promessas de campanha, como, por exemplo, não permitir que fosse aumentada a energia e a gente viu que aumentou. A inflação também. A gente viu também outras situações como o desemprego, onde houveram um número de empresas que fecharam, muitas pessoas demitidas. A questão da corrupção, principalmente daqueles que são do partido do PT. Então, muitas coisas Dilma deixou a desejar. Na verdade ela pegou um governo relativamente bom, e hoje o país está numa situação de decadência. Perdendo até o selo de “bom pagador”. Voltou a ser devedor ao FMI. Tudo isso corrobora para que minha opinião seja positiva a retirada da presidente. *Esperamos que melhore*. Esse é meu conceito. (Nível Técnico, R\$2.000,00)[sic]

A posição de Edgar em relação ao mundo da política endossa a conclusão de que o a percepção política dos pentecostais da classe emergente se caracteriza pela tomada em consideração de diversos aspectos que compõem seu universo social, não apenas aqueles relativos a valores religiosos compartilhados, mas também demandas da vida prática, para cujo atendimento pressionam o subcampo das igrejas pentecostais.

Entretanto, vale aqui um adendo, esse conservadorismo das classes emergentes *pentecostalizadas* não se equipara àquele alimentado pela classe média tradicional; não é a mesma daquela classe média verde-e-amarela que compareceu às ruas no dia 15 de março de 2015⁵. O conservadorismo nascente neste grupo é de matiz ética-religiosa, e tem como principal vetor a preservação do modelo tradicional de família (Cf. SUNG, 2016). Cabe aqui identificar o lugar que esses discursos conservadores, sobretudo àqueles voltados ao combate às liberdades e direitos civis – lastreados nas bandeiras de *defesa da vida e da família* pela *Bancada Evangélica* – ocupam na vida dos fieis da “nova” classe média pentecostal.

⁵ Protestos contra o governo da então presidente Dilma Rousseff e do PT, mobilizado nos 26 Estados do país e no Distrito federal, reunindo cerca de 1 milhão de manifestantes, segundo o Jornal Folha de São Paulo. (FOLHA DE SÃO PAULO, *Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país*, 15/03/2015).

“Prosperidade sim, família homossexual, não”

Talvez a pergunta inicial mais importante para começar essa discussão seja a que se refere às afinidades eletivas entre os pentecostais da classe emergente e o conservadorismo da *bancada evangélica*?

Para responder essa questão já discutimos quem são os pentecostais da “nova” classe média, resta-nos esclarecer de que maneira suas concepções políticas se interconectam ao que vem sendo colocado em pauta como uma *onda conservadora* no Congresso Nacional, tido como “um dos mais conservadores da história republicana nacional” (DIAP *apud* DEMIER, 2016, p.11).

O levante de uma postura mais conservadora no Brasil, segundo especialistas (CHAUÍ, 2016; DEMIER & HOEVELER 2016), se dá a reboque das Jornadas de Junho de 2013. A então crescente insatisfação da população com o governo de Dilma Rousseff, *pari passu* ao desaceleramento econômico, que motivaram manifestações populares com reivindicações as mais diversas⁶, também fez emergir setores conservadores da classe media que “saíram do armário” e passaram a adotar um discurso “mais ousado e raivoso”, sintetizados num antipetismo que granjeou dimensão nacional, e definiu uma linha de atuação e mobilização nas mídias virtuais, com a criação de movimentos como o *Movimento Brasil Livre* (MBL) e o *Vem pra Rua*, ambos em 2014. Marcava-se o esgotamento do modelo petista de governabilidade (Cf. SINGER, 2012).

Esses movimentos compostos, sobretudo por uma classe média alta, autodeclarada branca, meia-idade, masculina e de instrução superior, aglutina uma rejeição política ao governo cada vez mais aguda, se consideradas variáveis como classe e região no país. A reboque da dinâmica dos movimentos de direita, outros setores conservadores deram volume a essa “onda”, mobilizando setores médios e populares (articulados predominantemente a partir de igrejas), também receosos com os rumos do país (ARCARY, 2016).

Essa insatisfação generalizada com o governo, produzida através da grande mídia e reforçada por diversos movimentos sociais e populares, favorece a emergência

⁶ Segundo pesquisa da Folha de São Paulo as respostas dadas pelos manifestantes variavam entre “estou contra tudo”, a argumentos mais específicos como “contra a corrupção”, “contra violência cometida contra os índios”, “contra a PEC 37” (que restringe o poder de investigação do Ministério Público); “contra a violência urbana”; “melhoria nos serviços públicos”; etc. (FOLHA DE SÃO PAULO, *Veja as reivindicações levadas às ruas durante manifestações*, 20/06/2013)

de vozes que atribuam para si à tarefa de “regenerar” o país, atualmente surgidas preponderantemente à direita.

Se, de acordo com Demian Melo (2016, pg.73), vemos os movimentos MBL e Vem Pra Rua mobilizarem alianças nacionais e internacionais dos meios empresariais para protestarem contra “o comunismo e o PT”, as igrejas vem mobilizando as diversas frações da classe trabalhadora, formadas por indivíduos da *nova classe média*.

A defesa do modelo tradicional da família pelas igrejas cristãs não é novidade. No caso dos evangélicos o que é novo é a junção que pastores e lideranças como Feliciano fazem de dois valores aparentemente contraditórios: a adesão à cultura do consumo e, ao mesmo tempo, a luta contra comportamentos e valores sexuais e familiares que se disseminam na sociedade envolvente, na qual são inseridos como parte da *nova classe média* (SUNG, 2015).

A afinidade entre os pentecostais da classe emergente e os discursos conservadores, sobretudo àqueles voltados ao combate às liberdades e direitos civis – lastreados nas bandeiras de defesa a vida e a família pela *Bancada Evangélica* – tem encontrado apoio no *estilo de vida* particularmente pentecostal que coloca a família no centro da sociedade. Por estilos de vida entendemos aqui os esquemas de percepção e apreciação, socialmente constituídas, aplicados às práticas e às propriedades dos agentes de modo distinto e que terminam por cifrar as condições sociais (BOURDIEU, 2007, p.240). A adoção de padrões de convivência familiar estabelecidos pela igreja associa-se a um projeto político *conservador*.

Vejamos, por exemplo, como responde Carlos (38 anos, pedreiro), membro da Assembléia de Deus há 7 anos, quando perguntamos sua opinião a respeito do casamento gay:

Eu sou contra. Isso é uma abominação às leis de Deus. Para mim Deus fez o homem e a mulher para juntos serem uma família. Eu mesmo vim de um lar destruído pelo álcool. Eu bebia muito, era infiel a minha esposa. Não tinha paz na nossa família. Mas através da minha esposa Deus tocou no meu coração e eu me converti. Hoje eu sou um homem de Deus e um pai de família. Deus regenera as famílias, irmã. Mas o inimigo só veio pra roubar, matar e destruir a família cristã. É o que vemos ganhar o mundo hoje em dia.

O processo de conversão reordena o mundo social desses indivíduos, passando nele a família a exercer um papel central, orientado pelo disciplinado, pela conversão, espaços por excelência da *pedagogia de si* colocada em curso pelas igrejas, visando estabelecer um projeto de vida familiar ascético, de acordo com o ordenamento religioso oficial. Durante visitas a reuniões de Escolas Bíblicas Dominicais nas igrejas pesquisadas, tivemos acesso às revistas disciplinares que são trabalhadas pelas turmas

dos recém-ingressos. Nelas o lar se torna espaço central no testemunho de mudança de vida daqueles que buscam a conversão:

O lar é o ponto de partida desta nova experiência. É ali, junto aos familiares, que você pode e deve começar a pôr em prática a sua nova vida em Cristo, como testemunho da transformação que o conduziu a esta dimensão espiritual. [...] O bom testemunho cristão deve ser vivido no lar. Não é possível ter um comportamento de crente no templo e ter no lar um comportamento de incrédulo. (CPAD, 2014, p. 07-08)

A família é a base do trabalho religioso pentecostal. É nela que primeiramente o estilo de vida ascética irá ser trabalhado através da moral religiosa. A família evangélica não é qualquer família. Ela segue um modelo ético-religioso militante pautado na observância do testemunho de mudança de vida do pentecostal. O modelo de família é apresentado e orientado pelo arranjo de base bíblica, e o único padrão a ser seguido. Qualquer outro é condenado.

Para Ana (46 anos, consultora de cosméticos e convertida na Assembleia de Deus há mais de 20 anos), a união homoafetiva é errada, “porque pelo que a gente conhece na Bíblia o homem ficou pra mulher e a mulher pro homem, não homem com homem, nem mulher com mulher. Então, eu acho errado”. Quanto à Bancada Evangélica, ela acha de suma importância a presença de “homens de Deus pra defender a família. Muitos acham que isso aí não tem problema [novos arranjos familiares]. Eles lá defendem, e eu sou a favor que tenha”.

Diana (31 anos, pedagoga, missionária na Igreja Deus é amor, convertida há 8 anos), quando perguntamos sua opinião sobre o casamento de pessoas do mesmo sexo, ela responde:

Totalmente contra. Porque Deus criou o homem e a mulher, pois assim nos disse o senhor em Marcos: no princípio da criação Deus 'os fez homem e mulher'. 'Por esta razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e os dois se tornarão uma só carne'. Assim, eles já não são dois, mas sim uma só carne. Portanto, o que Deus uniu, ninguém separe.

Esse modo militante e até agressivo com que esses setores da sociedade se opõem a formas alternativas de conceber a família e a sexualidade é construído em um quadro de referências da ética religiosa própria dos movimentos pentecostais.

A respeito da temática do aborto as opiniões se repetem desfavoráveis em unanimidade. Para Dona Ana é “Deus quem dá a vida e é ele quem tira. Nenhum ser humano tem o direito de tirar a vida de ninguém. Então quando um ser *tá* se gerando e a pessoa causa o aborto ele *tá* cometendo um crime”.

Dona Maria tem 51 anos, trabalha como cozinheira, de forma autônoma, fornecendo quentinhas. Congrega na IEPF há 9 anos. Disse-nos que “*não teria mudança de vida se não houvesse a igreja*”. Ela nos contou que durante nove anos que congregou seu marido nunca a acompanhou. João, seu esposo, tinha envolvimento com álcool, e não ter seu marido como acompanhante lhe trazia grande tristeza. Há poucos meses ela disse ter chamado João para acompanhá-la, um convite já muito antigo, mas nunca atendido. Ao aceitar o convite e passar a frequentar os cultos dominicais, D. Maria passou a notar mudanças significativas na relação conjugal: atenção para a família, maior participação no provimento dos gastos da casa, poupança de recursos para a família, abandono do álcool *etc.* Para ela isso não é apenas a resposta de Deus, é resultado de um processo de mudança de vida:

Antes de me converter eu levava uma vida do mundo. Eu bebia, saía muito de casa. Acho que isso também fez com que meu esposo se sentisse atentado pra beber e sair, já que eu também fazia. Então era um lar muito atribulado, brigávamos muito. Um dia eu fui convidada pra ir visitar a igreja e nunca mais sai. Hoje eu gozo as minhas bênçãos: meus filhos formados, meu próprio negócio e agora de ter meu marido entrando comigo na igreja. E tudo isso começou quando eu entreguei minha vida a Deus. Deus mudou minha vida pra que eu pudesse resgatar minha família.

Assim como D. Maria, a maioria dos entrevistados relatam mudanças em torno do ambiente familiar em decorrência da afiliação religiosa, a adoção de um conjunto de valores compartilhados entre os “irmãos de fé” favoreceram a criação de laços mais estáveis, assim como ocupa lugar central na determinação da mobilidade, o que confere centralidade no papel da associação religiosa na reestruturação do lar. Dessa forma a nova classe trabalhadora defende a família tanto por compor uma unidade econômica, “reproduzindo uma *moralidade do trabalho duro*”, quanto por compor um *circuito de reciprocidade* que possibilita a essa classe enfrentar a instabilidade de sua condição econômica, através das comunidades pentecostais (SOUZA, 2012, p.146).

O discurso e as práticas conservadoras presentes nas igrejas pentecostais, agora frequentadas e formadas por famílias da *nova classe média* encontram eco nos discursos produzidos por componentes da Frente Parlamentar Evangélica. O conservadorismo que se estabelece pela adoção desse modelo ético-religioso militante de defesa da família não pode ser desprezado nessa crescente dos ataques a arranjos familiares não monogâmicos e heterossexuais, sobretudo pelo papel desempenhado pelas lideranças e políticos em teorias conspiratórias de que a “família corre perigo”.

Considerações finais

A defesa da família tradicional, a não aceitação do homossexualismo e do aborto não constituem novidades no campo pentecostal. O elemento novo é a visibilidade e articulação de valores religiosos no espaço político possibilitadas pela atuação da *bancada evangélica*. A *defesa da vida*, da heteronormatividade e da família em seu modelo tradicional aproxima o estilo de vida dos pentecostais dessa nova classe trabalhadora a outros traços de *conservadorismo* na política. Como vimos esses valores fazem parte da identidade pentecostal, a qual confere centralidade à família e que agora saí da esfera estritamente religiosa para expressar-se em um projeto ético-político de uma sociedade que estabelece como princípio sua interpretação da Bíblia. Esse fenômeno ganha notoriedade num momento sócio-político peculiar no país, o que vem apontando para o que Habermas (2002) chamou de *novo obscurantismo*, na crescente rejeição a certos elementos da modernidade na defesa de um estilo de vida tradicional.

O *conservadorismo crescente* nas classes médias tradicionais se associa com traços presentes nas concepções dos *batalhadores* pentecostais, que buscam manter a melhoria de vida conseguida pela mobilidade, através da mobilização de redes de solidariedade entre os “irmãos”, no associativismo religioso, na centralidade da família nuclear. Esse modelo ascético-religioso é transportado para a esfera política, entendendo o Parlamento como lugar estratégico para a efetivação de projeto moralizante da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Diego R. G. de. *Mobilidade Social Sem Mobilidade Espacial: “nova classe média” e transformações no espaço urbano em Campina Grande (PB)*. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, PB, 2015.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. *Reconstrução do estilo de vida das classes populares em A Distinção de Pierre Bourdieu: reflexões teóricas para pensar o Brasil contemporâneo*. In: **38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, GT 03: As classes sociais no Brasil contemporâneo, Caxambu, MG, 2014.
- ARCARY, Valerio. “*Acabou o Amor*”: A ruína do lulismo e os dilemas da oposição de esquerda. In: **A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Org. Felipe Demier e Rejane Hoeveler, 1ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, pp.107-120.
- ARENADI, Brand. TORRES, Torres. *Os Batalhadores e o Pentecostalismo: um encontro entre classe e religião*. In: **Os Batalhadores Brasileiros: “nova classe média” ou nova classe trabalhadora?** Organizador: Jessé Souza. 2ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, pp.311-348.

BIRMAN, Patrícia. *Conexões Políticas e Bricolagens Religiosas*: questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos. SANCHIS, Pierre (Org.) In: **Fiéis & Cidadãos**. Percursos de sincretismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed.UERJ. 2001. p 59-86. BTI 2016 - Bertelsmann Stiftung,— **Brazil Country Report**. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp, Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. **O Senso Prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

CAMPOS, Leonildo Silveira. *As Origens Norte-Americanas do Pentecostalismo Brasileiro*: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. In: **Revista USP**. São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. GUSMÃO, Eduardo Henrique Araújo de. MAURÍCIO JR, Cleonardo Gil de Barros. *A disputa pela laicidade*: Uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia. In: **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 35(2): 165-188, 2015.

CHAUÍ, Marilena. *A Nova Classe Trabalhadora e a Ascensão do Conservadorismo*. In: **Por que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

CPAD. **Revista Discipulado** – Aluno 1 (Novos Convertidos). CPAD, Rio de Janeiro, 2014.

CUNHA, Christina Vital da. LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política** : uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

DEMIAN, Melo. *A Direita Ganha as Ruas*: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. **A Onda Conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Org. Felipe Demier e Rejane Hoeveler, 1ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, pp.67-76.

DEMIER, Felipe. HOEVELER, Rejane. **A Onda Conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Org. Felipe Demier e Rejane Hoeveler, 1ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DIAP. *Radiografia do Novo Congresso*: Legislatura 2015-2019 In: **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar**. -- Brasília, DF : DIAP, 2014.

FAJARDO. Maxwell Pinheiro. *Pentecostalismo, migrações internas e redes sociais de apoio na periferia de São Paulo*. In: **Revista Nures**, Ano IX, Número 23, janeiro-abril de 2013.

GAMA, Monalisa R. ALMEIDA, Diego R. G. de. *Religião no Debate das Classes*: Pentecostalismo e as frações da classe trabalhadora. In: **39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, GT 03: As classes sociais no Brasil contemporâneo, Caxambu, MG, 2015.

GUERRA, Lemuel Dourado. **Mercado Religioso no Brasil** – competição, demanda e a dinâmica da esfera da religião. João Pessoa: Idéia, 2003.

HABERMAS, Jürgen. Fé e Conhecimento. In **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, 06/02/2002.

LAVALLE, Adrián Gurza. CASTELLO, Graziela. *As Benesses desse Mundo*: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. In. **Novos Estudos CEBRAP**. N.º 68, Março de 2014, pp.73-93

MACHADO, Maria das Dores Campo. **“Religião, Cultura e Política”**. In: **Religião & Sociedade**, v. 32, nº 2: 29-56, 2012.

_____. **Política e Religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

MARIZ, Cecília. *Pentecostalism and Confrontation with*

Poverty in Brazil. In: **In the Power of the Spirit**. (Org) Dennis A. Smith and B.F. Gutierrez. PC(USA)WMD AIPRAL/CELEP, 1996, pp. 129-146.

NERI, Marcelo Cortes. **Miséria e a Nova Classe Média na Década da Igualdade**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

PAULA, Marilene de. *A Nova Classe Trabalhadora e o Neopentecostalismo*. In. “**Nova Classe Média**” no Brasil como Conceito e Projeto Político. Dawid Danilo Bartelt (org). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

POCHMANN, M. (2012) **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. Editora Boitempo. São Paulo.

PRANDI, Reginaldo. *Perto da Magia, Longe da Política: derivações do encantamento no mundo desencantado*. In: **Novos Estudos**, nº 34, 1992.

RODRIGUES, Fania. *Crescimento Evangélico e Poder Político*. In: **Especial Caros Amigos**. Ano XVIII, Nº71, Novembro de 2014, pp.18-25.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na Classe Política Brasileira*. In: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**. Rio de Janeiro, 2009.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SCALON, Celi & SALATA André, **Uma Nova Classe Médiano Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica**, 2012.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SUNG, Jung Mo. *Prosperidade sim, família homossexual, não!* A nova classe média evangélica. In: **Psicol. USP**, vol.26 no.1. São Paulo Jan./Apr. 2015.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 5ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

Sites Consultados:

FOLHA DE SÃO PAULO, *Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país*, 15/03/2015

FOLHA DE SÃO PAULO, *Veja as reivindicações levadas às ruas durante manifestações*, 20/06/2013

RICCI, Rudá. O maior fenômeno sociológico do Brasil. Disponível em: < <http://www.domtotal.com/colunistas/imprimir.php?modId=5&artId=985> > Acessado em 18/08/2016.